

OPoder popular

JORNAL

EDIÇÃO 110

Outubro 2026

ANO 11

Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo.



**Construir o Encontro Nacional
em Defesa da Casa Comum**

Págs: 10 e 11



pcb.org.br
pcb@pcb.org.br

Acesse o conteúdo através
do seu dispositivo móvel



EDITORIAL

Derrotar a extrema direita nas urnas e nas ruas!



O Partido Comunista Brasileiro (PCB) fez um grande esforço para estar presente nesse processo eleitoral com candidaturas próprias, mas impedimentos burocráticos inviabilizaram o lançamento de mais candidatos nos diversos estados em que estamos organizados. Apresentamos uma candidatura à Presidência da República e quatro camaradas disputando governos estaduais, candidatos ao Senado e ao parlamento, sem falar em um conjunto importante de apoio que prestamos a determinadas candidaturas de forças políticas aliadas.

Participamos das eleições para, acima de tudo, debater com trabalhadores, trabalhadoras, juventude e movimentos populares o nosso Programa Político Anticapitalista e Anti-imperialista. As ideias do Poder Popular foram apresentadas em vários lugares do Brasil. Nosso candidato à Presidência, Edmilson Costa, visitou vários estados e participou de inúmeras entrevistas e debates em órgãos alternativos de imprensa, nas redes sociais e até mesmo em alguns espaços da mídia burguesa. Nossa candidata a vice-presidente, Cleusa Santos, também exerceu um importante papel na divulgação das propostas do PCB.

Parabenizamos o trabalho coletivo da nossa militância e das candidaturas nos Estados, que, sem recursos do Fundo Eleitoral, se dedi-

caram a divulgar da forma mais ampla possível a plataforma do Poder Popular e do Socialismo.

O resultado do primeiro turno demonstrou um enorme avanço da direita e da extrema-direita no Congresso Nacional, em governos estaduais e nas assembleias legislativas, reproduzindo no Brasil o fenômeno mundial do crescimento do fascismo, bem como a falência da política de conciliação de classes empreendida pelos setores da social-democracia e do social-liberalismo.

O PCB compreende a conjuntura adversa e complexa que atravessamos. Entendemos que, neste momento, é preciso somar forças para barrar o avanço da extrema-direita. Sem baixar nossas bandeiras nem esconder nossas divergências, devemos atuar de forma militante na campanha para eleger Lula e derrotar Flávio Bolsonaro.

No Brasil, o PCB é uma histórica força no combate ao fascismo e a todas as manifestações da extrema-direita. É nosso dever nos incorporar aos movimentos sociais, sindicatos, populares, estudantis e culturais, e onde quer que sejam constituídos ou já existam comitês de campanha, para buscar derrotar o fascismo.

Está em jogo a defesa dos empregos e dos direitos

trabalhistas, a qualidade dos serviços públicos, a saúde, a educação, a aposentadoria, a moradia e as condições de vida das famílias trabalhadoras. Num governo ultrarreacionário, haverá, sem dúvida, uma política de terra arrasada, com a ampliação das privatizações, a destruição dos direitos sociais, o fim da nossa soberania e a entrega das nossas riquezas ao imperialismo.

Vamos disputar cada voto nas ruas, casa a casa, em cada quarteirão, em cada município, em cada estado e, por fim, em todo o país. A luta em favor dos direitos sociais e das liberdades democráticas exige consciência, organização e mobilização. Sem uma intensa atuação nas ruas, não será possível derrotar a extrema-direita nas urnas.

Nesse sentido, orientamos toda a nossa militância do PCB, dos nossos coletivos partidários, amigos, amigas e simpatizantes, e conclamamos o conjunto das forças democráticas e dos movimentos populares a se integrarem no esforço para, no segundo turno, derrotarmos a candidatura de Flávio Bolsonaro e, posteriormente, nos prepararmos para as batalhas que virão, nesse cenário de maior hegemonia da extrema-direita tanto na institucionalidade como na sociedade.

Avante, camaradas! 🇧🇷

EXPEDIENTE

**O Poder Popular, Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo.
órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB)**

Conselho Editorial: Edmilson Costa, Antônio Lima Jr., Fabio Bezerra, Lucas Silva MTB 0092795, Nathália Mozer, Ricardo Costa, Roberto Arrais (jornalista responsável – 985/DRT – FENAJ).

Diagramação: Mauricio Souza

Colaboradores desta Edição: Comitê Central do PCB, Coordenação Nacional da UJC, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro - PR, Edmilson Costa, José Diego (CNMO e PCB - PE), Lucas Corrêa e Milton Pinheiro.

Endereço Eletrônico: www.pcb.com.br **Contato:** pcb@pcb.org.br

Sede Nacional do PCB: Rua da Lapa, 180, Gr 801 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP.: 20.021-180
Telefax.: (21) 2262-0855 e (21) 2509-3843.

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Solidariedade a Rawa Alsagheer! Lutar pela Palestina não é crime!



A União da Juventude Comunista, juventude do PCB, vem a público demonstrar sua mais irrestrita solidariedade para com a companheira Rawa Alsagheer, militante palestina, cineasta, integrante do Comitê Executivo do Masar Badil – Movimento Caminho Palestino Alternativo Revolucionário e coordenadora da Rede Samidoun de Solidariedade aos Prisioneiros Palestinos, organização que atua na denúncia do encarceramento político sistemático imposto pela ocupação israelense.

Refugiada da Palestina, Rawa Alsagheer vive no Brasil há vários anos, onde articula ações de solidariedade internacional e resistência anticolonial. Participa do Alkaramah, coletivo que fortalece a organização das mulheres palestinas em defesa da dignidade, da autodeterminação e da memória. Como cineasta, utiliza o cinema como ferramenta de denúncia e afirmação cultural, desenvolvendo produções que abordam a infância, o exílio e a luta do povo palestino. Também atua como professora de árabe e facilitadora de atividades culturais com foco na tradição oral, na dança Dabke e nas práticas

ancestrais do povo palestino, articulando memória e resistência como prática cotidiana.

A perseguição do imperialismo e do sionismo

Uma nota da tesouraria do regime imperialista dos EUA, no dia 26 de agosto, anunciou a decisão de sancionar diversos coletivos acusados de serem “grupos terroristas de esquerda-radical”, incluindo o Masar Badil e seus dirigentes. A nota alega que o Masar funciona como uma frente de massas da Frente Popular pela Libertação da Palestina, partido político designado pelo imperialismo estadunidense como organização terrorista estrangeira (FTO) desde 1997. Essa conexão, inverídica, serviu como pretexto para a perseguição ao Masar Badil.

Na prática, as medidas mobilizam o aparato financeiro estadunidense para bloquear fundos e mecanismos de transferência de dinheiro para o Masar e outros núcleos sob sua égide, como a Samidoun. As sanções prescrevem até o encarceramento para pessoas que auxiliem, contribuam financeiramente ou

realizem transações com as organizações mencionadas.

O Masar Badil possui destacada atuação internacional na aglutinação de estudantes, trabalhadores, intelectuais e juventude em prol da causa palestina, disputando a linha política de conciliação com a entidade sionista e a naturalização da colonização, sobretudo a partir dos Acordos de Oslo. O objetivo do movimento é reforçar a bandeira da Palestina Livre do Rio ao Mar e servir como uma ferramenta de mobilização para os palestinos em diáspora e os militantes solidários à libertação da Palestina.

A perseguição contra a camarada Rawa acende o alerta para a criminalização do movimento de solidariedade à Palestina como um todo, impulsionada pelo governo dos EUA e executada por seus lacaios no nosso país: o bolsonarismo, representado pelo PL e por outros agrupamentos fascistas, a CONIB e o StandWithUs – Brasil. A luta contra o sionismo se apresenta cada vez mais necessária e urgente. Reiteramos: lutar pela Palestina não é crime! ✊

**Toda solidariedade a
Rawa Alsagheer!**

**Viva a Palestina Livre,
do Rio ao Mar!**

**Comissão de Assuntos e
Relações Internacionais
União da Juventude Comunista
UJC Brasil**

**ACESSE AS MÍDIAS DO
PARTIDO COMUNISTA
BRASILEIRO**

- pcb.org.br/portal2
- facebook.com/PartidoComunistaBrasileiroPcb
- instagram.com/pcbpartidao
- t.me/canalpcbnovicias
- unidadeclassista.org.br

- ujc.org.br
- coletivominervinocom.wordpress.com
- lgbtcomunista.org
- instagram.com/anamontenegro.br

ACOMPANHE AS MÍDIAS DO JORNAL O PODER POPULAR:
[HTTPS://LINKTR.EE/JORNALOPODERPOPULAR](https://linktr.ee/jornalopoderpopular) e contribua pelo Pix JORNALOPODERPOPULAR@GMAIL.COM



NOTA POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

A crise política escancara a podridão do Estado burguês

Somente a luta popular pode mudar a realidade brasileira!



A atual crise política brasileira deve ser compreendida como uma disputa entre as frações da burguesia representadas nas instituições da República, na luta pelo controle do Estado visando manter seus privilégios, lucros e vantagens particulares. As relações promíscuas entre grupos econômicos, agentes políticos e instituições, reveladas a partir da escandalosa fraude financeira envolvendo o Banco Master, que se utilizou de recursos públicos para benefícios pessoais e de agrupamentos privados, escancararam a dinâmica de poder e dos interesses econômicos que abrange toda a estrutura do Estado brasileiro, partidos políticos, o sistema financeiro, parlamento, igrejas, juízes, dentre outras figuras públicas e organizações.

Essa crise, além do denunciamento moralista que a grande mídia insiste em destacar, possui também uma evidente e direta relação com as motivações políticas e ideológicas da extrema direita internacional, interessada em desacreditar e enfraquecer o Supremo Tribunal Federal (que teve papel destacado no combate à

tentativa de golpe de Estado de 08 de janeiro de 2023), com o objetivo de fortalecer o candidato da direita à presidência da República nas próximas eleições, além de tentar desestabilizar o próprio processo eleitoral em curso. Importa ressaltar que a política de amplos setores de delegar ao STF o protagonismo no combate ao golpismo revelou-se falha e com alto custo político e social.

De nossa parte, não há qualquer ilusão com o caráter de classe exercido pelo Judiciário brasileiro, incluído o STF, o qual, em diversos momentos, já demonstrou em sua essência defender as pautas da burguesia, principalmente quando se trata de emitir decisões que retiram direitos conquistados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, a exemplo da validação da terceirização irrestrita (até a atividade-fim do trabalho) e da pejotização, prevalência do acordado sobre o legislado nas negociações coletivas, permissão para contratação das OSs na administração pública, destruição progressiva da Justiça do Trabalho, corte de vencimentos dos

servidores em greve, dentre outros ataques.

Barrar os ataques de Trump à América Latina

No plano internacional e internamente, há que seguir denunciando as ações e os objetivos da extrema direita, enunciados centralmente pela cartilha de Trump para a América Latina, ou seja: criar as condições para a entrega de recursos naturais brasileiros e eliminar qualquer possibilidade de multilateralismo, tendo o Brasil como expoente regional sob essa perspectiva. O imperialismo estadunidense deseja influir no sentido de submeter o Brasil política e economicamente aos seus interesses diretos, fazendo aprofundar o processo de retirada de direitos da classe trabalhadora e obstruindo toda tentativa ou proposta de desenvolvimento econômico e social inclusivo. Busca avançar na radicalização do modelo neoliberal de Estado, ampliando a restrição às escassas liberdades democráticas e a perseguição às



organizações sociais e partidárias do campo progressista e de esquerda.

O momento exige firmeza e coragem para denunciar e radicalizar o combate às estruturas políticas, econômicas e sociais responsáveis pela eclosão dessa crise típica do Estado capitalista. Exigimos ampla transparência na investigação de todos os possíveis envolvidos em relações espúrias com Vorkaro e seus comparsas, incluindo ministros do Supremo, parlamentares, empresários, presidentes de partidos, parlamentares, donos de igrejas evangélicas, candidatos à presidência da República e tudo o que vier a ser revelado no curso das investigações.

A protelação dessas investigações, o compadrio institucional, a subjugação do uso panfletário da extrema direita golpista, nesse contexto atual, só servirão para alimentar ainda mais o descrédito e o ataque às já combalidas instituições do Estado brasileiro sob uma perspectiva autoritária, flertando com os interesses do imperialismo estadunidense, que vem aumentando sua influência no continente. É necessária a mais ampla divulgação dos fatos apurados, para que a população brasileira possa ser o principal juiz de todo esse processo e para que todos os culpados sejam punidos.

Por mudanças radicais no Judiciário brasileiro e estatização do sistema financeiro

Para além dessas necessárias

medidas, o PCB entende que o Poder Judiciário e o conjunto das instituições do Estado devem passar por uma profunda transformação, capaz de alterar seu ordenamento e dinâmica de atuação, com transparência e controle social sobre as atividades da justiça, bem como mandatos com prazo definido e revogáveis dos juizes dos tribunais regionais e superiores. Os comunistas defendem a mais ampla democratização e socialização das estruturas do Estado brasileiro, que desde sempre servem fundamentalmente aos interesses de poder dos diversos segmentos da burguesia e da lógica de exploração e dominação imposta pelo regime capitalista. O combate efetivo aos escândalos de corrupção passa também pela estatização e controle popular de todo o sistema financeiro brasileiro, umbilicalmente envolvido com os casos de corrupção no país.

Tais medidas e ações propostas visando não só a devida apuração e divulgação dos fatos, mas mudanças radicais na forma de funcionamento e atuação dos poderes constituídos, interessam diretamente à grande maioria da população brasileira, à classe trabalhadora, que tem o direito de decidir sobre como devem funcionar as instituições, como deve ser determinada a destinação dos recursos públicos, como devem ser definidas as prioridades das políticas públicas.

O PCB luta pela construção do Poder Popular no rumo do socialismo e combate a privatização do Estado para que nele predominem as demandas e sejam atendidas as necessidades dos trabalhadores e das trabalhadoras.

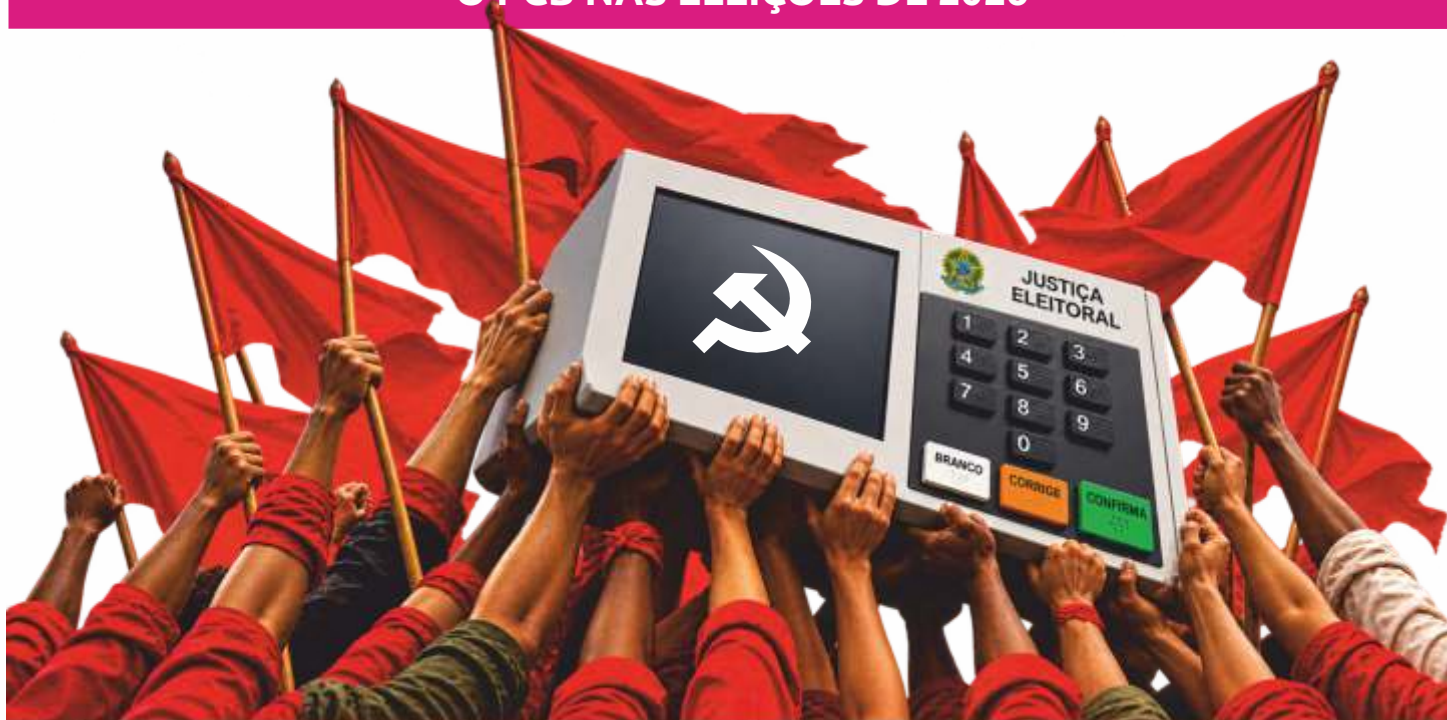
Nossa concepção de Poder Popular é baseada na superação da fragmentação das lutas sociais, as quais devem se aglutinar em torno de um projeto político construído com autonomia e independência frente ao Estado e ao capital, na experiência concreta do enfrentamento permanente ao inimigo de classe. Desta forma, buscando sempre impulsionar as contradições presentes na conjuntura e na realidade brasileira, pretendemos contribuir para o amadurecimento do processo que leve à ruptura socialista.

Por isso, conclamamos os trabalhadores e as trabalhadoras, a juventude, os movimentos populares, sindicais e sociais e todos/as aqueles/as comprometidos/as com as liberdades democráticas e com os direitos do povo a se somarem à luta por profundas reformas do Estado brasileiro. É preciso democratizar radicalmente o Judiciário, ampliar o controle popular sobre as instituições, combater os privilégios, submeter o sistema financeiro ao interesse público e construir mecanismos permanentes de participação direta da população nas grandes decisões nacionais. Somente a organização independente e a mobilização consciente da classe trabalhadora poderão abrir caminho para um Estado proletário, efetivamente submetido à soberania popular, e para a construção de uma nova sociedade. ✊

**Organizar, mobilizar e lutar!
Por profundas transformações
do Estado brasileiro, pelo Poder
Popular e pelo socialismo!**

Comitê Central do PCB

O PCB NAS ELEIÇÕES DE 2026



A PARTICIPAÇÃO DOS COMUNISTAS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

A afirmação de setores do campo democrático-popular de que todo voto dado, no primeiro turno, a uma candidatura de esquerda diferente da candidatura de Lula representaria, objetivamente, uma ajuda a Flávio Bolsonaro foi rebatida pelo camarada Edmilson Costa em artigo publicado na página nacional do PCB. O sistema eleitoral brasileiro prevê dois turnos para permitir que, no primeiro, diferentes forças políticas apresentem à sociedade seus programas, suas estratégias e seus projetos de país. Transformar o primeiro turno antecipadamente em uma disputa de apenas duas candidaturas significa esvaziar politicamente a própria razão de existência desse mecanismo e, principalmente, impedir que os trabalhadores e as trabalhadoras conheçam alternativas que ultrapassem os limites da polarização estabelecida.

Nenhuma organização política de esquerda tem a obrigação de abandonar seu programa, sua independência e seu direito de disputar a consciência da população porque o partido

eleitoralmente hegemônico no campo progressista considera necessário concentrar votos em seu candidato já no primeiro turno. Se o PT pretendia vencer no primeiro turno, cabia ao próprio PT conquistar os votos necessários para isso e responder politicamente pelas escolhas que realizou ao longo de seu governo, inclusive pelas alianças construídas com partidos e setores da direita. O PCB não integra a base dos governos petistas há mais de duas décadas e preserva sua independência política e orgânica. Essa independência não é um capricho eleitoral: decorre de diferenças programáticas, estratégicas e de classe que não desaparecem em período eleitoral.

Por isso, atribuir às candidaturas da esquerda revolucionária responsabilidade por um eventual fortalecimento de Flávio Bolsonaro desloca o debate de seu verdadeiro terreno. A extrema-direita deve ser enfrentada política, ideológica e socialmente, mas esse combate não exige que todas as organizações de esquerda renunciem às suas diferenças e se submetam, desde o primeiro turno, a uma única candidatura. O primeiro

turno deve servir para a apresentação dos diferentes projetos existentes na sociedade e o segundo turno constitui uma nova situação política. Não é razoável transformar a necessária luta contra a extrema-direita em instrumento para interditar o debate programático e chantagear a própria esquerda.

As candidaturas do PCB participaram dessas eleições não apenas para “demarcar posição”. O PCB apresentou uma alternativa programática própria e procurou disputar efetivamente a consciência e o voto dos trabalhadores e das trabalhadoras, da juventude e dos setores populares. Colocamos na agenda nacional questões que outras candidaturas não apresentam porque estão comprometidas com alianças, interesses e limites programáticos distintos dos nossos. É exatamente para isso que existe o primeiro turno: para que o eleitor possa comparar projetos, conhecer alternativas e decidir livremente qual programa representa melhor seus interesses. Reduzir antecipadamente essa diversidade a

uma escolha binária empobrece o debate democrático e impede que propostas de transformação estrutural sejam submetidas ao julgamento popular.

A defesa de um programa anticapitalista e anti-imperialista para o Brasil

É nesse terreno que devem ser discutidas as diferenças. O programa apresentado pelo PCB não é uma mera plataforma eleitoral. Trata-se de um conjunto de bandeiras que seguem fazendo parte das lutas em que atuamos cotidianamente, visando conquistar profundas mudanças na realidade brasileira e a derrubada do capitalismo. Propomos a revogação da legislação neoliberal que retirou direitos da classe trabalhadora e restringiu a capacidade de intervenção do Estado; defendemos reformas estruturais na economia, no sistema político e na área social, a elevação progressiva do salário mínimo até alcançar o valor calculado pelo Dieese; jornada de 30 horas semanais sem redução salarial e fim da escala 6x1.

Propomos ainda a estatização do sistema financeiro e a retomada, pelo Estado, de empresas privatizadas; a estatização do sistema de saúde e da educação; uma nova política para a dívida interna, capaz de deter o saque ao fundo público, e uma reforma agrária para democratizar a posse da terra. Essas propostas expressam diferenças concretas de projeto. É sobre elas – e sobre suas consequências para o povo trabalhador brasileiro – que realizamos o debate durante a campanha eleito-

ral e continuaremos mobilizando a classe trabalhadora para a conquista efetiva dessas transformações.

Há ainda uma questão política mais profunda. O crescimento da extrema-direita não pode ser explicado simplesmente pela existência de candidaturas à esquerda do PT. Trata-se de um fenômeno muito mais complexo, relacionado à crise política e social, à capacidade de organização das forças conservadoras e às frustrações acumuladas por parcelas da população com as promessas não cumpridas pelo próprio PT. Da perspectiva do PCB, também deve ser debatido criticamente o impacto da estratégia de conciliação de classes, das alianças com setores burgueses e oligárquicos e da distância entre promessas eleitorais e políticas efetivamente implementadas. Nossa posição é explícita: o combate firme e constante à extrema-direita exige organização popular, mobilização social e participação independente dos trabalhadores e das trabalhadoras na vida política (prática que o PT abandonou há muito tempo), e não apenas a concentração eleitoral em torno de uma candidatura.

O combate à extrema-direita não se restringe ao processo eleitoral

Para o PCB, combater a extrema-direita e, simultaneamente, construir uma alternativa independente dos trabalhadores e das trabalhadoras não são tarefas incompatíveis. Ao contrário: consideramos que a construção de uma força popular

organizada, consciente e capaz de lutar por transformações estruturais é parte essencial do enfrentamento político às forças de extrema-direita. Se toda eleição exigir que a esquerda revolucionária silencie suas propostas em nome do “mal menor”, nunca haverá espaço para que um projeto alternativo seja apresentado amplamente à sociedade.

Neste segundo turno, nos somamos de forma inequívoca à batalha para derrotar a extrema-direita, preservando nossa independência política e programática. Essa posição já havia sido explicitada publicamente. O segundo turno é outra eleição, com outra configuração e outra tarefa política. No primeiro turno, praticamos o direito legítimo de apresentar nosso programa, defender nossas propostas e disputar cada voto. A necessária unidade contra a extrema-direita jamais deve ser convertida em instrumento para silenciar alternativas à esquerda. Combatemos a extrema-direita sem hesitação e seguimos defendendo que a classe trabalhadora brasileira tenha o direito de conhecer e construir uma alternativa própria, independente e comprometida com transformações revolucionárias da sociedade brasileira, na perspectiva do poder popular e do socialismo.✊

Adaptação do texto de Edmilson Costa, Secretário-Geral do PCB, disponível em:



COLETIVO FEMINISTA CLASSISTA ANA MONTENEGRO

Pelo fim da tortura e da mercantilização da vida!



O Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM) do Paraná vem a público manifestar sua indignação diante das graves denúncias reveladas pela Operação Aurora, realizada em Terra Roxa, no Oeste do Estado, no dia 16 de setembro.

As investigações apontam que a clínica de reabilitação, leia-se comunidade terapêutica, mantinha mais de 70 mulheres em condições degradantes, com indícios de internações involuntárias e irregulares, trabalho forçado, castigos, privação de contato com familiares, omissão de socorro, ameaças e sedação compulsória com medicamentos, apelidados de “danone” pelos funcionários do estabelecimento. Conforme o MPPR, entre as internas estavam pessoas que fazem uso de substâncias e mulheres com deficiência.

As denúncias precisam ser rigorosamente investigadas e os encarregados devidamente responsabilizados. Porém, o que ocorreu em Terra Roxa exige que olhemos para além da culpa individual: o caso expõe a permanência de formas de confinamento, disciplinamento e retirada da autonomia das mulheres, especialmente daquelas mais vulnerabilizadas nas parcelas da classe trabalhadora.

Quando mulheres cis, homens trans e pessoas não binárias são consideradas incapazes de

decidirem sobre suas vidas, torna-se mais fácil justificar que outros decidam quais medicamentos devem tomar, com quem podem falar, quando podem ocupar os espaços etc. Sob o discurso do tratamento, abre-se espaço para práticas que podem retirar justamente aquilo que deveria estar no centro de qualquer política de saúde: a dignidade e a autonomia da pessoa atendida.

Essa violência não atinge todas as pessoas da mesma maneira. Mulheres cisgêneras pobres, mulheres e homens trans, pessoas não binárias trabalhadoras, periféricas, com deficiência, em sofrimento psíquico ou que fazem uso de substâncias encontram-se mais expostas à perda de autonomia. É neste ponto que o feminismo precisa ser classista. A vulnerabilidade não pode ser transformada em mercadoria. O sofrimento não pode constituir um mercado no qual instituições sejam remuneradas para administrar corpos considerados indesejáveis ou desviantes. A “terapia” não pode ser feita de maneira compulsória e sob condições de confinamento.

Reafirmar a histórica luta anticomial e contra as comunidades terapêuticas

Na colonização e invasão europeia das Américas, as mulheres

preservaram conhecimentos, organizaram comunidades, assumiram funções políticas e religiosas e tornaram-se parte fundamental da resistência. Por isso, diante das denúncias de Terra Roxa, nossa resposta não pode se limitar à responsabilização dos envolvidos. É necessário reafirmar a luta histórica do movimento antimanicomial e questionar o modelo que permite transformar cuidado, sofrimento e vulnerabilidade em fontes de lucro.

Defendemos o fim das comunidades terapêuticas e de toda forma de manicômio, lutamos pelo fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e demais equipamentos e serviços públicos de saúde mental, com atendimento territorial, comunitário, humanizado e orientado para o cuidado em liberdade. Defendemos políticas públicas capazes de acolher pessoas em uso de substâncias, sofrimento psíquico ou deficiência sem retirar delas sua condição de sujeitos de direitos.

Para o feminismo classista, lutar contra a violência sobre os corpos significa também lutar contra as condições materiais que permitem que determinados corpos sejam confinados, explorados e silenciados. Nenhuma pessoa confinada, dopada, explorada ou silenciada em nome do cuidado! ✊

**Manicômio não é cuidado.
Exploração não é tratamento!
Pela autonomia e dignidade
das mulheres trabalhadoras!**

Leia na íntegra:



COLETIVO NEGRO MINERVINO DE OLIVEIRA

Sobre a 1ª Conferência Popular de Segurança Pública do Brasil



Por José Diego, militante do CNMO e do PCB em Pernambuco

A participação do Coletivo Negro Minervino de Oliveira

Em um movimento orgânico e ousado, vários setores da sociedade civil se encontraram para conversar, debater e apresentar propostas sobre a segurança pública nacional. O evento aconteceu na cidade de Fortaleza, Ceará, entre os dias 20 e 22 de agosto de 2026, reunindo mais de 300 pessoas, com representação de 16 estados de todas as regiões do Brasil. A escolha de Fortaleza não se deu pelas suas belas praias e pela sua população acolhedora, mas devido aos anos de conflitos entre grupos faccionados no Estado do Ceará.

O encontro teve como missão principal escolher 27 propostas que seriam inegociáveis para o campo popular; contudo, não foi uma tarefa fácil, pois centenas de propostas foram apresentadas nas pré-conferências, que aconteceram em vários estados do país, antes do grande encontro. As 27 propostas foram organizadas em grupos de trabalho (GTs), divididos em 9 eixos temáticos, nos quais as organizações se dividiram de acordo com as afinidades e os acúmulos que já tinham sobre os tópicos. Todas as propostas têm compromisso com a defesa da vida, pois foram construídas por várias mãos, de grupos distintos, mas que têm como horizonte o fim das violências contra o povo brasileiro.

O Coletivo Negro Minervino de Oliveira (CNMO) participou desse momento, pois o núcleo de Pernambuco é uma das diversas organizações que fazem parte do Fórum Popular de Segurança Pública de Pernambuco (FPSP-PE), um dos fóruns populares pioneiros do Brasil e que, por sua vez, está dentro do Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste (FPSP-NE). O FPSP-NE já realizou duas conferências sobre segurança pública na região, sendo a última em Teresina, Piauí, em 2023, quando o CNMO também participou e produziu um texto, disponível em nosso site.

A ousadia desse momento se deve à inércia dos governos federais e estaduais sobre essa pauta; sendo um exemplo o fato de que, até hoje, o Brasil só realizou uma única Conferência Nacional de Segurança Pública, ocorrida no longínquo ano de 2009. De lá pra cá, não tivemos nem sombra de algo similar vindo do Estado brasileiro. Hoje, quem dá o tom desse debate para a população são os programas policiais, em que apresentadores seguem uma linha editorial que louva a violência policial e criminaliza defensoras(es) de direitos humanos.

A segurança pública é um dos diversos temas debatidos pelos

núcleos do CNMO espalhados pelo Brasil, seja em atividades nos nossos territórios ou em nossa produção teórica. Somente um novo modelo guiado pelo poder popular pode pôr fim ao genocídio da juventude negra, ao encarceramento em massa e ao feminicídio, que vem aterrorizando a vida das mulheres nos últimos anos. Pois, como disse Leci Brandão, em Favela Vive 5:

**“Porque a favela quer viver
A favela quer viver
Mas a burguesia
não se importa.”**

Enquanto a segurança pública for tema apenas de parlamentares e gestores das forças de repressão do Estado, com maioria de direita e extrema-direita, bonecos da grande burguesia, a lógica do extermínio e da violência como forma de calar as massas populares continuará se perpetuando em nosso país. Por isso, o CNMO vê a construção dessa frente como uma iniciativa que fortalece o Poder Popular, uma oportunidade de levar nossas ideias para outras forças que também nasceram do povo trabalhador brasileiro e que também enfrentam um Estado que é brutal com a população negra, periférica e trabalhadora, mesmo quando a presidência do país se encontra nas mãos do campo dito “democrático e popular”, liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas últimas décadas. ✊

Leia na íntegra:



MOVIMENTO POPULAR

Por um programa popular para a nossa classe!

Notícias de uma roda de conversa

Por Lucas Corrêa, Secretário de Movimentos Populares do PCB-RJ



No dia 25 de setembro de 2026, o Movimento Nacional de Luta por Moradia do Rio de Janeiro (MNLM-RJ) convidou o camarada Edmilson Costa, secretário-geral do PCB e candidato a Presidente da República, para uma roda de conversa com Lurdinha Lopes, dirigente nacional do MNLM, com o deputado federal Glauber Braga e o companheiro Plínio de Arruda Sampaio Jr, sobre um programa político para a nossa classe!

A conversa aconteceu na Ocupação Manoel Congo, uma ocupação com 18 anos de luta, no centro do Rio de Janeiro, que desafia a mercantilização da moradia e a especulação imobiliária. Na Manoel Congo, o MNLM avança para a adoção da Concessão de Direito Real de Uso Coletiva (CDRU Coletiva), para que, dessa forma, o imóvel permaneça público, com seu uso destinado à moradia popular gerida pelo movimento, impedindo que, após tantos anos de luta, o imóvel possa sair das mãos dos moradores e retornar ao mercado e à especulação imobiliária.

Com cerca de 120 pessoas reunidas para o debate, Lurdinha abriu a mesa afirmando a atualidade e centralidade da classe

trabalhadora e das suas organizações: “Essa casa está cheia, para refletir, ouvir, debater e para registrar o sonho das organizações da classe trabalhadora, de que essa classe se coloque de novo em movimento. Nós vamos abrir essa noite com muita esperança e com a emoção de quem não desistiu”.

Lurdinha fez, também, uma importante recuperação da história da luta de classes e do recuo de muitas lideranças ao longo dos anos 1990 e 2000: “Então, quando você fala ‘a centralidade da luta de classe’, quem deveria estar dirigindo a centralidade da luta de classe é o movimento popular e o movimento sindical. Movimento popular e movimento sindical autônomos, classistas, de luta, combativos, anticapitalistas, que defendem de fato o trabalho como construtor de toda a riqueza. Que é isso que a gente acreditava lá em 1983 e é por isso que a gente fundou a CUT, que a gente fundou o MST, que a gente fundou os movimentos urbanos de luta pela reforma urbana. Então a gente fica desnorteado, quando a gente, a partir de 2000... Nós começamos a voltar atrás nos nossos conceitos, começamos a introjetar aquilo que em 1992, 1993 falaram para nós: ‘caiu o Muro de Berlim lá na Alemanha’, olha no Google aí onde é a Alemanha, lá na ‘tonga da mironga’, e aí caiu o tal de muro e os nossos dirigentes aqui no Brasil ficaram zonzos com as pedras do muro que caíram e começaram a enterrar toda a nossa crença na luta que a gente construiu em 1980”.

Unificar as lutas populares com um projeto anticapitalista e anti-imperialista para o Brasil

Seguindo o debate, o

companheiro Glauber Braga apresentou a importância da luta no parlamento, articulada com a luta dos movimentos populares, sindicatos e com o povo na rua, denunciou o orçamento secreto, defendeu as reestatizações e a revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Plínio defendeu a necessidade de um programa para a classe trabalhadora que seja consequentemente anticapitalista, apontando para uma ruptura com esse sistema que coloca a própria humanidade em risco.

O camarada Edmilson Costa apresentou elementos do programa do PCB, o Programa Anticapitalista e Anti-imperialista para o Brasil, defendendo uma democracia participativa, com extinção do Senado e uma eleição que conjugue o voto universal com grandes Encontros Nacionais da Classe Trabalhadora, nos quais sejam eleitos representantes do movimento popular, do movimento sindical e do movimento de juventude, para que as maiorias sociais se tornem, finalmente, maiorias políticas no Brasil.

Além disso, o programa apresentado pelo camarada Edmilson Costa defende o fim da escala 6X1, com adoção de 30 horas de trabalho semanal sem diminuição de salário e recomposição do poder de compra dos trabalhadores, com aumento do salário mínimo chegando ao salário do Dieese em 4 anos, isto é, passando de R\$ 1.621,00 para R\$ 7.999,44 nos valores de hoje.

Edmilson defendeu zerar o déficit de habitação – que hoje atinge cerca de 6 milhões de famílias, dentre as quais ao menos 300 mil pessoas em situação de rua – com expropriação dos imóveis



ociosos para moradias populares e a proibição da venda dos imóveis públicos, que devem ser destinados à moradia popular, educação, saúde e cultura. Outro importante ponto é a estatização de todo o sistema de saúde e da educação, com saúde e educação 100% públicas, gratuitas e de qualidade em todo o território nacional.

Organizar o Encontro Nacional em Defesa da Casa Comum

Por fim, o camarada Edmilson compartilhou a sua experiência de ter participado do I Encontro Estadual da Organização Popular (OPA), no Ceará. Segundo o camarada:

“Foi uma das coisas mais belas que eu já vi em termos de organização, em termos de consciência e combatividade do movimento popular. Vocês imaginem, 250 pessoas, a organização do congresso cuidou de alojamento, café da manhã, almoço, janta, tudo organizado pelo povo, não teve financiamento de nada e se tirou uma carta popular muito importante que aponta no sentido da necessidade de organizar um

encontro nacional dos movimentos populares, o Encontro Nacional em Defesa da Casa Comum. E isso é uma perspectiva muito interessante, porque se o movimento popular conseguir fazer um encontro nacional em que todas as expressões do movimento possam colocar as suas posições e tirar uma posição unitária, o nosso movimento vai dar um salto de qualidade na sua luta, vai dar um salto de qualidade na sua organização. E eu voltei de lá profundamente emocionado e profundamente convicto de que o povo tem capacidade de se organizar, e o povo quando se organiza tem capacidade de lutar e quando ele luta ele tem capacidade de ganhar!”

Essa fala mexeu profundamente com os presentes, mostrando que há articulação entre o programa e a ação do PCB na sua relação com os movimentos populares. A fala do camarada Edmilson se apresentou como uma ponte entre movimentos que assumem o desafio de retomar a radicalidade da luta, a autonomia da classe trabalhadora e o socialismo como horizonte para superar as mazelas do capitalismo.

Saímos da roda de conversa mais preparados para os imensos

desafios que a conjuntura nos apresenta. Sem ilusões, não acreditamos que estamos vivendo um tempo fácil; é um tempo de duras lutas contra o fascismo e o imperialismo, cada vez mais violentos e ostensivos. Mas saímos animados, percebendo que nossa classe sempre cria as formas de resistir, lutar e avançar. Descobriremos os caminhos coletivamente e criaremos, juntos, o Poder Popular! ✊

Por um programa para a nossa classe! Todo apoio a um encontro nacional dos movimentos populares, todo apoio ao Encontro Nacional em Defesa da Casa Comum!

Viva a Organização Popular (OPA) e o MNLM-RJ! Suas experiências são sementes de um amanhã justo para a classe trabalhadora!

Leia na íntegra:



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O PCB na Festa do Jornal Avante!



Uma delegação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) participou da 50.^a edição da Festa do Jornal Avante!, organizada pelo Partido Comunista Português, que se realizou nos dias 4, 5 e 6 de setembro de 2026, na Quinta da Atalaia, no Seixal (distrito de Setúbal, na área metropolitana de Lisboa). Esta edição teve um significado especial por celebrar os 50 anos da Festa, que se realiza desde 1976.

O evento teve imensa participação popular, com quase duas centenas de milhares de participantes. Foram inúmeras as atividades: corrida da Festa, música (vários shows, inclusive com o cantor brasileiro Ney Matogrosso), teatro, cinema, música clássica, uma variada gastronomia, festa para crianças, artes plásticas, diversificados debates, pavilhão de livros com vários lançamentos, exposição científica, festa da juventude, etc.

Houve um ato político com a presença de 50 partidos comunistas e movimentos, oportunidade na qual a camarada Sofia Manzano falou em nome do PCB, quando apresentou ao conjunto das forças revolucionárias internacionais a nossa candidatura à Presidência da República no Brasil, representada pelo camarada Edmilson Costa.

O ponto alto político foi o comício de encerramento no domingo, com o discurso do Secretário-Geral do PCP, Paulo Raimundo, que abordou a luta em defesa da Segurança Social (sistema público de proteção social que garante direitos básicos, apoios financeiros e assistência aos cidadãos em situações de vulnerabilidade ou necessidade) e destacou a unidade da classe trabalhadora portuguesa. A edição ficou também marcada pela gigante defesa da luta do povo palestino, contra o bloqueio estadunidense a Cuba e pela defesa do socialismo.

Certo é que a 50.^a Festa do Avante! foi imensa, enorme, vibrante, no momento em que, como salientou o Secretário-Geral do PCP, “alguns promovem o ódio e a violência, em que procuram impor a agenda xenófoba e racista, nos querem divididos, indiferentes ao sofrimento dos outros e a procurar naquele que é diferente o culpado pela nossa situação difícil, quando querem que os jovens marchem para a guerra, quando nos querem conformados, desesperançados e vergados às injustiças e desigualdades”.

Ainda nas palavras de Paulo Raimundo, ali esteve uma “força imensa a resgatar a solidariedade, a fraternidade, a amizade e a paz”, a “confiança no futuro, a construção coletiva, o ideal e o projeto, o sonho tornado realidade, a esperança que não fica à espera (...), a coragem e a alegria de viver e de lutar”.

O PCB contou com uma delegação composta por dirigentes do Comitê Central e militantes de base (Edmilson Costa, Sofia Manzano, Milton Pinheiro, Leonardo Andrada, Raquel Azevedo e Leonardo Segura). Uma comissão do CC/CPN, composta por Edmilson Costa, Sofia Manzano e Milton Pinheiro realizou, na tarde do dia 6/9/26, uma reunião bilateral com o PCP, que estava representado pelo histórico dirigente Albano Nunes.

A Festa do Avante! de 2026 consolida-se como um grande espaço de afirmação política e cultural, resistindo ao tempo e mantendo a sua capacidade de mobilização popular, solidariedade internacional e defesa do projeto emancipatório da classe trabalhadora.

